

Sumário

Apresentação de GERALDO PRADO	11
Prefácio de GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ	17
Introdução	29

Capítulo 1

A prisão preventiva e o regime jurídico dos direitos fundamentais

1.1. Conceito e funções dos direitos fundamentais.....	37
1.1.1. Dimensão jurídico-procedimental dos direitos fundamentais	46
1.2. Noções instrumentais básicas.....	47
1.2.1. Área de regulamentação	48
1.2.2. Área de proteção.....	48
1.2.3. Intervenção na área de proteção	49
1.3. Justificação constitucional de intervenções estatais em direitos fundamentais	51
1.3.1. Reserva legal	52

1.3.2. Direito constitucional de colisão	54
1.3.3. Limite dos limites	55
1.3.3.1. Reserva de lei e reserva de Parlamento	56
1.3.3.2. Clara determinação da hipótese normativa	58
1.3.3.3. Dever de citar o direito fundamental afetado	59
1.3.3.4. Lei geral e abstrata	60
1.3.3.5. Proteção do núcleo essencial	60
1.3.3.6. O critério da proporcionalidade	61
1.4. O direito fundamental à liberdade física/pessoal e a vedação da prisão arbitrária	70
1.5. O direito fundamental à presunção de inocência (art. 5º, inc. LVII, CR)	77
1.5.1. Área de proteção: visão da doutrina brasileira	80
1.5.2. Área de proteção: visão do Supremo Tribunal Federal.....	82
1.5.3. Área de proteção: visão da Corte Interamericana de Direitos Humanos	91
1.5.4. Tentativa de sistematização	92

Capítulo 2

Perspectivas sobre a prisão preventiva

2.1. As concepções substancialistas da prisão durante o processo	106
2.2. A concepção cautelar da prisão preventiva	124
2.3. Escorço histórico sobre a prisão preventiva no ordenamento jurídico brasileiro	137
2.4. Objeções à prisão preventiva.....	160
2.4.1. Objeções moderadas à prisão preventiva: crítica da corrente processualista ao seu uso por razões substantivistas	160

SUMÁRIO

2.4.1.1. A prisão preventiva como garantia da ordem pública/econômica	162
2.4.1.1.1. Vício formal de justificação constitucional.....	162
2.4.1.1.2. A prisão preventiva como garantia da ordem pública e a reiteração delitiva	166
2.4.2. Objeções radicais à prisão preventiva: crítica da corrente abolicionista da prisão preventiva às razões de cautela instrumental e cautela final	173
2.5. A perspectiva do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.....	183

Capítulo 3

A motivação da decisão judicial que decreta a prisão preventiva do imputado

3.1. Algumas palavras sobre a jurisdição penal no Estado democrático de direito	192
3.2. O significado da reserva de juiz	203
3.3. A garantia de motivação das decisões judiciais	206
3.4. Concepções de motivação: a importância de uma concepção racionalista da motivação	211
3.4.1. Justificação interna e externa	213
3.5. Concepção racionalista da prova e a motivação de questões fáticas	214
3.5.1. Os “pressupostos filosóficos” de uma visão racionalista da prova: objetivismo crítico e verdade como ideal regulativo .	218
3.5.2. As “teses sobre a prova no direito” de uma visão racionalista da prova	225
3.5.3. A motivação das decisões relativamente às questões de fato: justificação externa probatória	231
3.6. Objeto da decisão que decreta a prisão preventiva do imputado.....	236

Capítulo 4

Periculum libertatis: o prognóstico de fuga
ou destruição/alteração de provas pelo imputado

4.1. Significado de <i>periculum libertatis</i>	242
4.2. O prognóstico: uma espécie de teoria geral da predição	248
4.2.1. Aspectos históricos e antropológicos	248
4.2.2. Alguns aspectos semânticos importantes	253
4.2.3. Alguns aspectos lógicos importantes	256
4.2.4. Aspectos epistemológicos	257
4.2.4.1. Pré-condições para a predição racional	257
4.2.4.2. Metodologias preditivas	260
4.2.4.2.1. Predições quantitativas e qualitativas	265
4.2.5. Aspectos axiológicos: critérios de avaliação do enunciado preditivo	266
4.3. De volta ao <i>periculum libertatis</i> : o prognóstico necessário à decreta- ção da prisão preventiva no processo penal	267
4.3.1. O indeterminismo característico do comportamento humano	269
4.3.2. A inferência que justifica o prognóstico	270
4.4. O plano axiológico do prognóstico necessário à decretação da prisão preventiva	279
4.4.1. Os dados utilizados no prognóstico necessário à decretação da prisão preventiva: comportamentos do imputado e circuns- tâncias	279
4.4.2. As generalizações necessárias ao prognóstico: identificação de padrões	282
4.4.2.1. A fonte das generalizações: o problema do conhecimen- to comum	285

SUMÁRIO

4.4.2.2. A aceitabilidade das generalizações: o problema do seu fundamento epistêmico e o problema das generalizações discriminatórias.....	288
4.5. A motivação do prognóstico necessário ao <i>periculum libertatis</i> para decretação da prisão preventiva.....	294
Conclusões.....	299
Referências bibliográficas.....	307